

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO
ECONÔMICO S.A. - FUNDAÇÃO ECOS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - FUNDAÇÃO ECOS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais (consolidado)
Demonstrações das mutações do patrimônio social (consolidado)
Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano de Benefício Definido
Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano de Contribuição Definida
Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefício Definido
Demonstrações do ativo líquido - Plano de Contribuição Definida
Demonstrações do plano de gestão administrativa (consolidado)
Demonstrações das provisões técnicas do Plano de Benefício Definido
Demonstrações das provisões técnicas do Plano de Contribuição Definida
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. - Fundação ECOS
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. - Fundação ECOS ("Fundação ECOS" e/ou "Entidade") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. - Fundação ECOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 22 de março de 2023.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Balancos patrimoniais (Consolidado)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
Disponível		138	169	Exigível operacional	8	2.581	2.127
				Gestão previdencial		1.614	1.254
				Gestão administrativa		798	805
Realizável		932.700	926.319	Investimentos		169	68
Gestão previdencial	4	231	167				
Gestão administrativa	5	324	46	Exigível contingencial	9	194	194
Investimentos	6	932.145	926.106	Gestão Previdencial		194	194
Títulos públicos		574.746	529.854				
Créditos privados e depósitos		143.979	150.430	Patrimônio social	10	930.147	924.269
Renda variável		22.477	31.833	Patrimônio de Cobertura do Plano			
Fundos de investimentos		134.334	154.762	Provisões Matemáticas			
Investimentos imobiliários		48.176	51.985	Benefícios Concedidos		743.499	752.342
Operações com participantes		8.421	7.231	Benefícios a Conceder		44.991	40.503
Outros realizáveis		12	11			788.490	792.845
Permanente	7	84	102	Equilíbrio Técnico		126.617	116.894
Imobilizado		84	102	Resultados realizados		-	-
				Superávit técnico acumulado		-	-
				(-) Superávit técnico acumulado		126.617	116.894
				Total de patrimônio de cobertura de plano		915.107	909.739
				Fundos		15.040	14.530
				Fundos previdenciais		9.595	9.485
				Fundos administrativos		132	169
				Fundos dos investimentos		5.313	4.876
Total do ativo		932.922	926.590	Total do passivo e patrimônio líquido		932.922	926.590

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Consolidada)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021	Variação - %
A) Patrimônio Social - início do exercício	924.269	916.834	0,81%
1. Adições			
(+) Contribuições previdenciais	540	543	-0,55%
(+) Outras adições previdenciais	-	28	-100,00%
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	86.002	94.152	-8,66%
(+) Reversão de contingências - gestão previdencial	-	4.841	-100,00%
(+) Receitas administrativas	6.338	7.299	-13,17%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	53	17	211,76%
(+) Constituição de fundos de investimento	435	429	1,40%
	<u>93.368</u>	<u>107.309</u>	<u>-100,00%</u>
2. Destinações			
(-) Benefícios	(80.492)	(91.721)	-12,24%
(-) Portabilidade/ resgates	(361)	(9)	3911,11%
(-) Repasse de prêmio de riscos terceirizados	(11)	(9)	22,22%
(-) Desoneração de contribuições de patrocinador(es)	(40)	(75)	-46,67%
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(158)	(713)	-77,84%
(-) Constituição de contingências - gestão previdencial	-	-	0,00%
(-) Despesas administrativas	(6.428)	(7.347)	-12,51%
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão administrativa	-	-	0,00%
(-) Constituição de contingências - gestão administrativa	-	-	0,00%
(-) Reversão de fundos de investimento	-	-	0,00%
(-) Resultados a realizar	-	-	0,00%
	<u>(87.490)</u>	<u>(99.874)</u>	<u>-12,40%</u>
3. (Decréscimo)/acréscimo líquido no Ativo Líquido (1+2)	<u>5.878</u>	<u>7.435</u>	<u>-20,94%</u>
Acréscimo no patrimônio social			
(+/-) Provisões matemáticas	(4.356)	41.518	-110,49%
(+/-) Superávit técnico do exercício	9.723	(34.026)	-128,58%
(+/-) Fundos previdenciais	113	(453)	-124,94%
(+/-) Fundos administrativos	(37)	(32)	15,63%
(+/-) Fundos dos investimentos	435	429	1,40%
(+/-) Gestão assistencial	-	-	0,00%
	<u>5.878</u>	<u>7.436</u>	<u>-20,95%</u>
B) Patrimônio social no final do exercício (A+3)	<u>930.147</u>	<u>924.269</u>	<u>0,64%</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Demonstrações das mutações do ativo líquido

(Plano de Benefício Definido)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021	Variação - %
A) Ativo líquido - início do exercício	911.802	905.158	0,73%
1. Adições			
(+) Contribuições	111	120	-7,50%
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	85.245	93.230	-8,56%
(+) Reversão de contingências - gestão previdencial	-	4.841	-100,00%
	<u>85.356</u>	<u>98.191</u>	<u>-13,07%</u>
2. Destinações			
(-) Benefícios	(80.329)	(91.521)	-12,23%
(-) Portabilidade/resgates	(11)	(9)	22,22%
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	-	-	0,00%
(-) Constituição de contingências - gestão previdencial	-	-	0,00%
(-) Custeio administrativo	(17)	(17)	0,00%
	<u>(80.357)</u>	<u>(91.547)</u>	<u>-12,22%</u>
3. (Decréscimo)/acrécimo líquido no Ativo Líquido (1+2)	<u>4.999</u>	<u>6.644</u>	<u>-24,76%</u>
(+/-) Provisões matemáticas	(4.871)	41.080	-111,86%
(+/-) Fundos previdenciais	147	(410)	-135,85%
(+/-) Superávit técnico do exercício	9.723	(34.026)	-128,58%
	<u>4.999</u>	<u>6.644</u>	<u>-24,76%</u>
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u><u>916.801</u></u>	<u><u>911.802</u></u>	<u><u>0,55%</u></u>
C) Fundos não previdenciais	<u>5.398</u>	<u>4.978</u>	<u>8,44%</u>
(+/-) Fundos administrativos	84	102	-17,65%
(+/-) Fundos dos investimentos	5.314	4.876	8,98%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Demonstrações das mutações do ativo líquido

(Plano de Contribuição Definida)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021	Variação - %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	7.422	7.029	5,59%
1. Adições			
(+) Contribuições	463	455	1,76%
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	599	210	185,24%
(+) Reversão de contingências - gestão previdencial	-	-	0,00%
(+) Outras adições	-	28	-100,00%
	<u>1.062</u>	<u>693</u>	<u>53,25%</u>
2. Destinações			
(-) Benefícios	(162)	(200)	-19,00%
(-) Portabilidade/resgates	(350)	-	0,00%
(-) Constituição de contingências - gestão previdencial	-	-	0,00%
(-) Repasse de prêmio de riscos terceirizados	(11)	9	22,22%
(-) Desonerações de contribuições de patrocinador(es)	(40)	75	-46,67%
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	-	-	0,00%
(-) Custeio administrativo	(20)	(16)	25,00%
	<u>(583)</u>	<u>(300)</u>	<u>94,33%</u>
3. Acréscimo Líquido no Ativo Líquido (1+2)	<u>479</u>	<u>393</u>	<u>21,88%</u>
(+/-) Provisões matemáticas	515	436	18,12%
(+/-) Fundos previdenciais	(36)	(43)	-16,28%
(+/-) Superávit técnico do exercício	-	-	0,00%
	<u>479</u>	<u>393</u>	<u>21,88%</u>
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	<u><u>7.901</u></u>	<u><u>7.422</u></u>	<u><u>6,45%</u></u>
C) Fundos não Previdenciais	<u>48</u>	<u>67</u>	<u>-28,36%</u>
(+/-) Fundos administrativos	48	67	-28,36%
(+/-) Fundos dos investimentos	-	-	0,00%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Demonstrações do Ativo Líquido

(Plano de Benefício Definido)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021	Variação - %
1. Ativos	<u>924.140</u>	<u>918.288</u>	0,64%
Disponível	64	93	-31,18%
Recebível	195	210	-7,14%
Investimento	<u>923.881</u>	<u>917.985</u>	0,64%
Títulos públicos	572.829	528.676	8,35%
Créditos privados e depósitos	141.715	147.643	-4,02%
Ações	21.870	31.143	-29,78%
Fundos de investimentos	130.858	151.296	-13,51%
Investimentos imobiliários	48.176	51.985	-7,33%
Operações com participantes	8.421	7.231	16,46%
Outros realizáveis	12	11	9,09%
2. Obrigações	<u>1.942</u>	<u>1.508</u>	28,78%
Operacional	1.748	1.314	33,03%
Contingencial	194	194	0,00%
3. Fundos não previdenciais	<u>5.397</u>	<u>4.978</u>	8,42%
Fundos administrativos	84	102	-17,65%
Fundos dos investimentos	5.313	4.876	8,96%
4. Ativo líquido (1-2-3)	<u><u>916.801</u></u>	<u><u>911.802</u></u>	0,55%
Provisões matemáticas	780.596	785.466	-0,62%
Superávit/déficit técnico	126.617	116.894	8,32%
Fundos previdenciais	9.588	9.442	1,55%
5. Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
a) Equilíbrio técnico	126.617	116.894	8,32%
b) (+/-) Ajuste de precificação	61.776	62.708	-1,49%
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a+b)	188.393	179.602	4,89%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Demonstrações do Ativo Líquido

(Plano de Contribuição Definida)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021	Variação - %
1. Ativos	<u>7.983</u>	<u>7.497</u>	<u>6,48%</u>
Disponível	27	34	-20,59%
Recebível	168	126	33,33%
Investimento	<u>7.788</u>	<u>7.337</u>	<u>6,15%</u>
Títulos públicos	1.917	1.177	62,87%
Créditos privados e depósitos	2.264	2.787	-18,77%
Ações	607	692	-12,28%
Fundos de investimentos	3.000	2.681	11,90%
Investimentos imobiliários	-	-	0,00%
Operações com participantes	-	-	0,00%
Outros realizáveis	-	-	0,00%
2. Obrigações	<u>34</u>	<u>8</u>	<u>325,00%</u>
Operacional	34	8	325,00%
Contingencial	-	-	0,00%
3. Fundos não previdenciais	<u>48</u>	<u>67</u>	<u>-28,36%</u>
Fundos administrativos	48	67	-28,36%
Fundos dos investimentos	-	-	0,00%
4. Ativo líquido (1-2-3)	<u><u>7.901</u></u>	<u><u>7.422</u></u>	<u><u>6,45%</u></u>
Provisões matemáticas	7.894	7.379	6,98%
Superávit/déficit técnico	-	-	0,00%
Fundos previdenciais	7	43	-83,72%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Demonstrações das Provisões Técnicas

(Plano de Benefício Definido)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021	Variação - %
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	924.058	918.186	0,64%
1. Provisões matemáticas	780.596	785.466	-0,62%
1.1 Benefícios concedidos	742.328	751.141	-1,17%
Benefício definido	742.328	751.141	-1,17%
1.2 Benefícios a conceder	38.268	34.325	11,49%
Benefício definido	38.268	34.325	11,49%
2. Equilíbrio técnico	126.617	116.894	8,32%
2.1 Resultados realizados	126.617	116.894	8,32%
Superávit técnico acumulado	126.617	116.894	8,32%
Reserva de contingência	126.617	116.894	8,32%
3. Fundos	14.902	14.318	10,53%
3.1 Fundos previdenciais	9.588	9.442	1,55%
3.2 Fundos dos investimentos - gestão previdencial	5.314	4.876	8,98%
4. Exigível operacional	1.749	1.314	33,11%
4.1 Gestão previdencial	1.581	1.252	26,28%
4.2 Investimentos - gestão previdencial	168	62	170,97%
5. Exigível contingencial	194	194	0,00%
5.1 Gestão previdencial	194	194	0,00%
5.2 Investimentos - gestão previdencial	-	-	0,00%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021	Variação - %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	169	200	-15,50%
1. Custeio da gestão administrativa	6.392	7.315	-12,62%
1.1 Receitas			
Custeio administrativo da gestão previdencial	37	33	12,12%
Custeio administrativo dos investimentos	6.239	7.193	-13,26%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	63	52	21,15%
Outras receitas	-	20	-100,00%
Resultado positivo líquido dos investimentos	53	17	211,76%
2. Despesas administrativas	(6.429)	(7.346)	-12,48%
2.1 Administração previdencial			
Pessoal e encargos	(4.614)	(4.641)	-0,58%
Treinamentos/congressos e seminários	(98)	(41)	139,02%
Viagens e estadias	(17)	(4)	325,00%
Serviços de terceiros	(862)	(1.858)	-53,61%
Despesas gerais	(430)	(353)	21,81%
Depreciações e amortizações	(27)	(27)	0,00%
Tributos	(381)	(422)	-9,72%
2.2 Provisão para perdas estimadas			
2.3 Administração da gestão assistencial - despesas e constituição/reversão	-	-	0,00%
2.4 Remuneração - antecipação de contribuições dos patrocinadores	-	-	0,00%
2.5 Fomento	-	-	0,00%
2.6 Outras despesas	-	-	0,00%
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	-	-	0,00%
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00%
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	0,00%
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	(37)	(31)	19%
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	(37)	(31)	19%
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	132	169	-21,89%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - ECOS

Demonstrações das Provisões Técnicas

(Plano de Contribuição Definida)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021	Varição - %
Provisões técnicas (1+2+3)	7.935	7.430	6,80%
1. Provisões matemáticas	7.894	7.379	6,98%
1.1 Benefícios concedidos	1.171	1.201	-2,50%
Benefício definido	1.171	1.201	-2,50%
1.2 Benefícios a conceder	6.723	6.178	8,82%
Contribuição definida	6.723	6.178	8,82%
Saldo de contas - parcela patrocinadores/instituidores	2.066	1.752	17,92%
Saldo de contas - parcelas participantes	4.657	4.426	5,22%
2. Fundos	7	43	-83,72%
2.1. Fundos previdenciais	7	43	-83,72%
3. Exigível operacional	34	8	325,00%
3.1 Gestão previdencial	34	8	325,00%
3.2 Investimentos - gestão previdencial	-	-	0,00%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. - Fundação ECOS ("Fundação Ecos" ou "Fundação") é uma entidade fechada de previdência complementar - EFPC, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 27 de dezembro de 1982 e autorizada a funcionar, em 21 de março de 1983, de acordo com a Portaria nº 3.144 do Ministério da Previdência e Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 1983.

A Fundação ECOS está sujeita às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e supervisão e fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154/09. A PREVIC é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Previdência Social, sendo responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e pela execução das políticas para o regime de previdência complementar operado por estas entidades. Adicionalmente, a Fundação ECOS atende às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e alterações.

A Fundação ECOS é uma entidade sem fins lucrativos, multipatrocinada, com recursos aplicados, consoante legislação vigente e mantém a escrituração de suas operações em livros formais capazes de assegurar sua exatidão. A Fundação ECOS possui dois planos previdenciais: o Plano de Benefício Definido (BD) - instituído em 27 de dezembro de 1982; e o Plano de Contribuição Definida (CD) - instituído em 17 de junho de 2008.

Os recursos dos planos previdenciais são arrecadados mensalmente, aplicados no mercado financeiro, e, somados aos rendimentos auferidos, são revertidos em benefícios aos participantes de cada plano, desde que preenchidas as carências e parâmetros exigidos.

A Fundação ECOS tem como patrocinadoras as seguintes empresas:

- a) Plano de Benefício Definido: Econtrading S.A. - Comércio Exterior; CCB - Companhia de Cítricos do Brasil; Fundação Econômico Miguel Calmon; Braskem Participações S.A.; Braskem S.A.; CST - Companhia de Sintéticos e Termoplásticos; Econômico Agro Pastoril Industrial S.A.; CST - Expansão Urbana Ltda.; Agropecuária Senhor do Bonfim Ltda.; K.F. Agência de Viagens e Turismo S.A. e Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A.;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- b) Plano de Contribuição Definida: Econtrading S.A. - Comércio Exterior; CCB - Companhia de Cítricos do Brasil; Fundação Econômico Miguel Calmon; CST - Companhia de Sintéticos e Termoplásticos; Econômico Agro Pastoral Industrial S.A.; CST - Expansão Urbana Ltda.; Fazendas Reunidas Santa Maria; Aratu Empreendimentos e Corretagem de Seguros Ltda.; Refrigerantes da Bahia Ltda.; Petroalcool Revendedora de Combustíveis e Lubrificantes Ltda. e Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A.

A Fundação ECOS, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o número 000271, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

- a) Plano de Benefício Definido: Plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 19.830.002-56 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no qual o valor do benefício é previamente definido. O fechamento do PLANO ECOS foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar através da portaria nº 982 de 19 de março de 2007. O Plano continua a funcionar normalmente, porém não são aceitas novas inscrições de participantes e patrocinadoras;
- b) Plano de Contribuição Definida: Plano de Contribuição Definida inscrito sob o nº 20.080.021-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no qual o valor do benefício é definido com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão. O plano foi aprovado em 17 de junho de 2008.

	Quantidade			
	Plano de Benefício Definido		Plano de Contribuição Definida	
	2022	2021	2022	2021
Ativos	13	14	38	32
Autopatrocinados	61	64	5	6
Assistidos	685	710	3	4
Total	759	788	46	42

O Plano da Gestão Administrativa da Fundação ECOS foi constituído em 2010, com base nas determinações do órgão regulador, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação ECOS por meio da Resolução nº 12 de 21 de dezembro de 2009 e revisado em dezembro de 2010.

Panorama da Economia em 2022

O ano de 2022 foi impactado pelo resquício dos efeitos da pandemia da Covid-19 e com a Guerra Rússia x Ucrânia. Além desses dois fatores relevantes, no Brasil ainda tivemos uma corrida eleitoral para presidente da república bastante polarizada, o que contribuiu para volatilidade dos mercados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

O mundo ainda continuou presenciando a escalada da inflação, tanto de oferta, quanto de demanda, o que impactou fortemente no preço dos ativos mobiliários.

No Brasil, a taxa básica de juros, SELIC, que saiu de 2% a.a. em 2020 e chegou a 9,25%a.a. no final do ano de 2021, permaneceu subindo e alcançou o patamar de 13,75% aa em 2022. Esse abrupto aumento, realizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), teve como pano de fundo além de uma inflação resiliente, uma incerteza do ponto de vista fiscal, mais especificamente com vistas ao aumento de gasto público.

Diante da grande volatilidade dos ativos, que permaneceu no ano de 2022, a Fundação ECOS, assim como no ano anterior, adotou postura defensiva com objetivo de preservar o patrimônio dos Planos, não deixando de realizar, contudo, movimentos oportunistas de compra e venda de ativos, diante das assimetrias do mercado, como por exemplo compra de Títulos Públicos Federais e rebalanceamento da carteira de Multimercado e Ações.

Resultados dos Investimentos:

Apesar do ano desafiador, a Fundação Ecos conseguiu atingir rentabilidade do portfólio de investimentos do plano BD acima de sua meta atuarial. O segmento de Renda Fixa obteve resultado de 11,81% no ano, o Segmento Estruturado e Imobiliário teve importante contribuição e foram destaques, com rentabilidades de 14,57% e 15,31% respectivamente. A contribuição negativa veio do segmento de Renda Variável, que acumulou perda no ano de -5,39%. A carteira consolidada do Plano BD terminou o ano com uma rentabilidade de 10,53% contra uma meta atuarial de 10,17%.

No plano CD, a TIR bruta dos Planos Consolidada ficou em 8,37%, sendo que o Perfil Conservador atingiu rentabilidade de 11,93% e o Perfil arrojado 3,01% no ano, muito em função da performance negativa da renda variável. No Perfil Arrojado a rentabilidade da renda fixa finalizou o ano em 10,32%, Renda Variável -9,04%, Estruturado 17,91% e imobiliário 0,43%. No Perfil Conservador a Renda Fixa finalizou o ano com 11,58%, Estruturado com 17,79% e imobiliário com -1,88%.

Orçamento PGA - Plano de Gestão Administrativa:

O grupo de Despesas com Gestão ficou 3,3% abaixo do valor orçado no acumulado do ano. Em que pese os grupos de rubricas de "Treinamento" e "Viagem" ficaram acima do orçado, com a normalização da atividade pós-covid e a volta dos Congressos e Treinamentos presenciais, tivemos uma economia importante no Serviço de Terceiros onde alguns contratos foram renegociados e também na rubrica de pessoal e encargos, onde houve movimentação no quadro de colaboradores.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Fundação ECOS foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a Instrução Normativa Previc nº31, de 20 de agosto de 2020 e alterações posteriores, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionam informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG nº 26 (R5).

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- Balanço patrimonial: de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): de forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;
- Demonstração do Ativo Líquido (DAL): Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): de forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Fundação e as mutações do fundo administrativo ocorridas;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

A escrituração contábil da Fundação ECOS atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Fundação ECOS opera.

Consolidação das demonstrações contábeis

Por definição da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021 e a NBC ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis denominadas de consolidadas estão representadas pelo somatório de todos os planos administrados pela Fundação e abrangem as demonstrações contábeis relativas aos seguintes planos: Plano de Benefício Definido, Plano de Contribuição Definida e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 22 de março de 2023.

3. Principais práticas contábeis

A escrituração contábil de todas as operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as entidades de previdência complementar, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

3.1. Estimativas atuariais e contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e as revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são: as provisões matemáticas, a vida útil do ativo imobilizado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para demandas judiciais.

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base no julgamento da Administração, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências, cujas expectativas de desfecho (ganho ou perda) foram definidas pela Administração da Fundação com o auxílio dos advogados que patrocinam as ações, dentre outras.

As avaliações atuariais da composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram efetuadas pelo consultor atuarial externo Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda.

3.2. Realizável - Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da Fundação ECOS relativos às contribuições das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados, exceto as contribuições de autopatrocinados do Plano de Contribuição Definida, que são registradas pelo regime de caixa.

3.3. Realizável - Gestão Administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de serviços e outras operações de natureza administrativa.

3.4. Realizável - Investimentos

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº43, de 6 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários adquiridos para carteira própria, carteira administrada ou fundos de investimentos exclusivos pertencentes à Fundação devem ser registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados segundo as duas categorias a saber:

- Títulos para negociação: títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados e ajustados pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, balanços e demonstrativo de investimentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação;
- Títulos mantidos até o vencimento: os títulos públicos federais pertencentes a planos de benefícios na modalidade de benefício definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento. A Fundação pode manter registrados nesta categoria os títulos e valores mobiliários da carteira própria, da carteira administrada ou dos fundos de investimentos exclusivos assim classificados antes da entrada em vigor desta Resolução.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

a) Ações

As aplicações no mercado de ações são classificadas como “títulos para negociação” e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor, ou poderão ainda, ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

As aplicações em fundos de ações são avaliadas pelo valor da cota na data do balanço.

b) Investimentos Imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação e ajustados periodicamente, por meio de avaliações a valor de mercado, no mínimo, anualmente.

Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registradas em conformidade com o regime de competência.

c) Operação com participantes

Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

d) Outros realizáveis

Registra os valores aplicados em outras modalidades de investimentos, não especificados nos itens anteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

3.5. Provisão para perdas

A provisão para perdas prováveis de realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme os critérios consignados no artigo 19 da Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, abaixo listados:

- Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

3.6. Permanente

Inclui os valores de bens registrados no Plano de Gestão Administrativa e destinados à manutenção das atividades operacionais da Fundação ECOS. Está demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas históricas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual (%)
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	20

3.7. Exigível operacional

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações.

3.8. Exigível contingencial

Representados por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseados na opinião dos consultores jurídicos da Fundação ECOS.

3.9. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Fundação e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Fundação.

(i) Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Fundação para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

(ii) Benefícios a conceder

- Benefício definido: representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Fundação e o valor atual de contribuições dos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada;
- Contribuição definida: está estruturado sob a forma onde as contribuições de cada participante são transformadas em quotas patrimoniais, o valor da provisão matemática correspondente ao valor do patrimônio do fundo, excetuado o valor do fundo para o programa administrativo. A responsabilidade da Fundação ECOS na concessão de benefícios neste plano está limitada ao saldo de quotas de cada participante no fundo.

3.10. Equilíbrio técnico (Reserva de contingência e da Reserva Especial)

Consoante Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

Após a constituição da reserva de contingência, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

A Fundação apurou a *duration* do passivo do plano em 7,4312 anos em 2022 (7,5466 em 2021). Desta forma, apurou-se o limite de 17,43% das provisões matemáticas à constituição de reserva de contingências em 31 de dezembro de 2022, não tendo excedente para ser alocado à reserva especial para revisão do plano.

3.11. Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

(i) Fundo previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

O Plano ECOS BD registra, em 31.12.2022, Fundo Previdencial no valor de R\$ 9.588, constituído com os recursos remanescentes das destinações de Superávits ocorridas em 2010 e de 2015 a 2020. O referido Fundo registra os valores individualizados devidos a cada participante ativo e autopatrocinado nas correspondentes destinações de superávits, sendo os valores ali registrados destinados a compensar a redução das contribuições desses participantes, devendo o saldo residual ser pago a cada um no momento da aposentadoria. O Fundo é creditado pela atualização monetária e debitado dos pagamentos devidos.

(ii) Fundo administrativo

O Fundo administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Fundação. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Fundação na administração dos planos de benefícios.

(iii) Fundo para garantia de operações com participantes

São fundos constituídos para fazer face à quitação de empréstimos em caso de morte do mutuário. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e atualização, conforme resultado dos investimentos.

3.12. Gestão dos recursos administrativos

Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto 2021, os registros das operações administrativas da Fundação ECOS são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A Fundação ECOS utiliza a gestão consolidada dos recursos administrativos registrados no Plano de Gestão Administrativa. Para as despesas administrativas utiliza-se critério de rateio, baseado na proporção dos patrimônios dos respectivos planos de benefícios, significando que as sobras/insuficiências das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como a remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo são individualizados por plano de benefícios administrados pela Fundação. Desta forma, o fundo administrativo é contabilizado e controlado em separado por plano de benefícios, demonstrando as variações e o montante de cada um.

Custeio administrativo

Representa o valor líquido das importâncias transferidas para a gestão administrativa para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

3.13. Apuração do resultado

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As contribuições dos autopatrocinados são registradas pelo regime de caixa por ocasião do recebimento e as contribuições das patrocinadoras e participantes ativos, são registradas pelo regime de competência, ambos conformes prazos previstos no regulamento do plano de benefícios.

3.14. Normas aplicadas pela primeira vez em 2022

a) Resolução CNPC nº 46/2021: Dispõe sobre as condições e os procedimentos para a identificação e o cadastramento dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para fins de operacionalização da independência patrimonial dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

O prazo para adequação era dezembro de 2022 e posteriormente foi prorrogado pela Resolução CNPC nº 56/2022 para junho de 2023. A Fundação está em processo de formalização para atendimento da referida norma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Fundação, a saber:

- a) Resolução PREVIC nº 18/2022: Dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano contábil padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.
- b) Resolução PREVIC nº 20/2022: Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recolhimento da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic), da multa prevista no regime disciplinar aplicável às entidades fechadas de previdência complementar e da cobrança administrativa de competência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

As práticas adotadas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às demonstrações contábeis do exercício social anterior.

4. Realizável - gestão previdencial

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2022	2021
Plano de benefício definido		
Depósitos judiciais / recursais	111	102
Autopatrocinados	-	1
Patrocinadores	-	1
Contribuições sobre 13º salário	-	4
	<u>111</u>	<u>108</u>
Plano de contribuição definida		
Patrocinadores - Custeio Adm. Antecipando	75	45
Patrocinadores	17	2
Participantes	17	4
Autopatrocinados	11	-
Contribuições sobre 13º salário	-	8
	<u>120</u>	<u>59</u>
Total da gestão previdencial	<u><u>231</u></u>	<u><u>167</u></u>

5. Realizável - gestão administrativa

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2022	2021
Contribuições para custeio	277	19
Adiantamento de férias	10	2
Outros valores a receber	37	25
	<u>324</u>	<u>46</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

6. Realizável - investimentos

São compostos pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2022	2021
Plano de Benefício Definido		
Títulos Públicos	572.829	528.676
Créditos Privados e Depósitos	141.715	147.643
Ações	21.870	31.143
Fundos de Investimentos	130.858	151.296
Investimentos Imobiliários	48.176	51.985
Empréstimos e Financiamentos	8.421	7.231
Outros Realizáveis	12	11
Total do plano	923.881	917.985
Plano de Contribuição Definida		
Títulos Públicos	1.917	1.178
Créditos Privados e Depósitos	2.264	2.787
Ações	607	690
Fundos de Investimentos	3.000	2.683
Total do plano	7.788	7.338
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos de Investimentos	476	783
Total do plano	476	783
Total de investimentos	932.145	926.106

Administração e custódia dos investimentos

O Itaú Unibanco é a entidade contratualmente responsável pelo serviço de Custódia e Controladoria dos Ativos. Os títulos e valores mobiliários estão depositados em contas individualizadas nos sistemas de registro e de liquidação financeira e de ativos autorizados a funcionar pelo BACEN ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, ou seja, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e na B3 S/A.

a) Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

Com relação aos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, e Fundos de Investimentos, em cumprimento à Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, apresentamos abaixo a seguinte classificação:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

▪ Títulos para negociação;

	Custo	2022	2021
Títulos para negociação			
Plano de Benefício Definido			
Depósito a Prazo	2.387	2.481	
Debêntures	60.320	68.371	66.354
Fundo de Investimento			
Multimercado / Ações	83.834	104.382	97.983
Fundo de Direitos Creditórios	0	81	6
Fundo de Investimento Renda Fixa	4.013	5.909	27.548
Fundo de Investimento			
Participação /Empresas			
Emergentes	19.445	14.169	14.110
Fundo de Investimento Imobiliário	7.560	6.317	11.650
Letras Financeiras	31.750	36.003	33.001
Títulos Públicos Federais - NTN-F	24.382	22.366	
Títulos Públicos Federais - NTN-B	23.553	35.524	5.249
Total do plano	<u>257.244</u>	<u>295.603</u>	<u>255.900</u>
Plano de Contribuição Definida			
Depósito a Prazo	553	575	282
Debêntures	1.506	1.577	2.404
Títulos públicos - NTN-B	1.246	1.917	1.177
Letra Financeira	100	112	101
Fundo de Investimento Imobiliário	275	228	263
Fundo de Investimento			
Multimercado / Ações	1.054	1.345	1.223
Fundo de Investimento Renda Fixa	1.333	1.427	1.196
Total do plano	<u>6.068</u>	<u>7.181</u>	<u>6.646</u>
Plano de Gestão Administrativa			
Fundo de Investimento			
Multimercado	475	475	783
Total do plano	<u>475</u>	<u>475</u>	<u>783</u>
Total dos Títulos para negociação	<u>263.786</u>	<u>303.260</u>	<u>263.329</u>

Os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado, de acordo com metodologia de precificação adotada pelo custodiante (Itaú Unibanco), considerando a base de dados da ANBIMA e demais indicadores julgados relevantes, em consonância com as regras do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S.A. - FUNDAÇÃO ECOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

▪ Títulos mantidos até o vencimento

Títulos mantidos até o vencimento	Custo	Vencimento			2022	2021
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos		
Plano de Benefício Definido						
Debêntures	14.024	-	9.979	8.083	18.062	17.162
Certificado de Recebíveis Imobiliário	1.128	-	3.501	-	3.501	5.123
Letras Financeiras	8.000	13.297	-	-	13.297	26.003
Títulos públicos - NTNB	197.758	-	91.439	383.358	474.797	462.069
Títulos públicos - NTNC	5.329	-	-	39.813	39.813	38.269
Títulos públicos - NTNFB	314	328	-	-	328	23.090
Total	226.553	13.625	104.919	431.254	549.798	571.716
Plano de Contribuição Definida						
Total	-	-	-	-	-	-
Total dos Títulos mantidos até o vencimento	226.553	13.625	104.919	431.254	549.798	571.716
Total dos títulos mantidos até o vencimento e títulos para negociação	490.339	13.625	104.919	431.254	853.058	835.045

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” estão mensurados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Fundação ECOS declara, fundamentada em estudo de macro alocação de recursos, realizado em outubro de 2022, que possui capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

A Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. é cotista do Fundo FIP Malbec, veículo de investimento na Usina Hidrelétrica Santo Antônio, empreendimento do setor elétrico. Na ocasião do investimento no FIP, a Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. celebrou com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT), como condição prévia para o investimento, Instrumento Particular de Outorga de Opção de Venda de Cotas de emissão do FIP Malbec (“Contrato de Opção”), que garante uma rentabilidade mínima desses investimentos, correspondente ao indexador IPCA + 7% a.a.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Em março de 2020, o administrador e o gestor dos FIP Malbec renunciaram às suas funções e os cotistas não lograram êxito na sua substituição, o que provocou o início do procedimento de liquidação antecipada do FIP. Tal circunstância, por previsão do Contrato de Opção, permitiu o exercício da opção de venda pela Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A.

Após o tempestivo exercício da opção de venda, a CEMIG GT invocou o mecanismo da Via Amigável para solução de controvérsias previsto no Contrato de Opção. Esgotado o prazo de 30 dias para negociação amigável, sem que se tenha alcançado uma solução, a Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. e outras 7 Entidades de Previdência Complementar Fechadas cotistas dos FIPs Malbec e/ou Melbourne assinaram protocolo de atuação conjunta, com o apoio da Abrapp, e contrataram o escritório de advocacia Bocater Camargo Costa e Silva Rodrigues Advogados Associados para representá-las em procedimento arbitral, ora em curso, com vistas a cobrar os valores regularmente devidos pela CEMIG GT.

Ao final do exercício de 2022, o valor da opção de venda das cotas dos fundos é R\$ 12.445 (Em 2021 R\$11.602), totalmente provisionado para perda.

b) Ações e fundos de investimentos em ações

As ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

	2022	2021
Plano de Benefício Definido		
Ações no mercado à vista	28.855	38.125
Fundo de Investimentos - Cotas de fundos de ações	56.961	52.984
Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa (a)	<u>(6.985)</u>	<u>(6.985)</u>
Total do plano	<u>78.832</u>	<u>84.124</u>
Plano de Contribuição Definida		
Ações no mercado à vista	607	692
Fundo de Investimentos - Cotas de fundo de ações	<u>432</u>	<u>448</u>
Total do plano	<u>1.039</u>	<u>1.141</u>
Total	<u><u>79.871</u></u>	<u><u>85.265</u></u>

(a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação provisionou integralmente o montante equivalente aos recursos aplicados em ações de empresas relacionadas com o Banco Econômico S.A., o qual se encontra em liquidação extrajudicial, como segue:

Descrição	2022	2021
Banco BESA S.A.	4.715	4.715
IEP - Itapiracem Empreendimentos e Participações S.A.	2.262	2.262
Outros	<u>8</u>	<u>8</u>
Total	<u><u>6.985</u></u>	<u><u>6.985</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

c) Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos de aquisições, ajustados ao valor de mercado, por reavaliação periódica, no mínimo, anualmente.

Ao final do exercício de 2022, o saldo referente à provisão com direitos creditórios de liquidação duvidosa de investimentos imobiliários conta com saldo de R\$1.947, conforme quadro a seguir:

CARTEIRA	31/12/2021	Apropriação	31/12/2022
Edificações - Locadas a Terceiros	1.659	84	1.743
Participações - Shopping Center	203	1	204
Total	1.862	85	1.947

No exercício de 2022, a Fundação alienou o imóvel localizado no bairro do Retiro em Salvador-BA, objeto da matrícula imobiliária nº 122.507 pelo montante de R\$ 7.500.

Em dezembro de 2022, a Fundação realizou a reavaliação de todos os imóveis da carteira, estudo realizado pela Avaliatec Engenharia de Avaliação e Consultoria Ltda. O quadro a seguir demonstra o resultado dessa reavaliação:

Carteira	Saldo Contábil Novembro/2022 (A)	Saldo Contábil Dezembro/2022 (B)	Variação	
			Valor (C=B-A)	% (D=B/A)
Edificações Locadas a Terceiros	37.640	38.450	810	2,15
Participações Complexo Hoteleiro	210	230	20	9,52
Participações Shopping Centers	8.390	8.876	486	5,79
Total	46.240	47.556	1.316	2,85

7. Imobilizado (Plano de Gestão Administrativa)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Móveis e Utensílios	11	15
Máquinas e Equipamentos	47	62
Computadores e Periféricos	26	25
	84	102

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

8. Exigível operacional

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2022	2021
Plano de Benefício Definido		
Gestão Previdencial		
Retenções a recolher	1.145	1.104
Contribuições para custeio	277	-
Reserva de poupança	158	147
Outras exigibilidades	1	1
	<u>1.581</u>	<u>1.252</u>
Investimentos		
Ações	100	-
Títulos Públicos	2	3
Investimentos Imobiliários	21	20
Operação com participantes	-	19
Retenções a recolher	1	7
Relacionados com o Disponível	24	1
Outras exigibilidades	20	12
	<u>168</u>	<u>62</u>
Total do Plano de Benefício Definido	<u>1.749</u>	<u>1.314</u>
Plano de Contribuição Definida		
Gestão Previdencial		
Repasso de Contribuições	-	-
Retenções a recolher	34	1
Outras exigibilidades	-	1
	<u>34</u>	<u>2</u>
Investimentos		
Relacionados com o Disponível	-	6
Total do plano de contribuição definida	<u>34</u>	<u>8</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Plano de Gestão Administrativa		
Gestão Administrativa		
Contas a pagar	504	455
Retenções a recolher	172	212
Receitas Antecipadas	75	45
Tributos a recolher	26	66
Outras exigibilidades	22	27
	<u>798</u>	<u>805</u>
Total do Plano de Gestão Administrativa	<u>798</u>	<u>805</u>
Total	<u>2.581</u>	<u>2.127</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

9. Exigível contingencial

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Plano de Benefício Definido		
Gestão Previdencial		
Provisão	194	194
Total do plano	<u>194</u>	<u>194</u>
Total consolidado	<u>194</u>	<u>194</u>

A Fundação ECOS constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas cuja previsão de desfecho seja avaliada como “provável” perda para a Fundação. Para as demandas classificadas como “possível” ou “remota” perda é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

Os objetos com probabilidade de perda classificadas como possíveis representam o montante de R\$ 152 (R\$ 1.187, em 2021). São compostos principalmente por processos relacionados expurgos inflacionários e questionamentos de benefícios pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamações trabalhistas em face do patrocinador.

10. Patrimônio social

O Patrimônio Social apresenta a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Plano de benefício definido		
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Benef. Def. Estrut. em Reg.Cap.	742.328	751.141
Benefícios a conceder		
Valor Atual dos benefícios futuros	38.268	34.325
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras	-	-
	<u>38.268</u>	<u>34.325</u>
Total de provisões matemáticas	<u>780.596</u>	<u>785.466</u>
Superávit técnico acumulado		
Reserva de contingência	126.617	116.894
Reserva para revisão do plano	-	-
	<u>126.617</u>	<u>116.894</u>
Fundos previdenciais	9.588	9.442
Fundos de investimentos	5.313	4.876
	<u>14.901</u>	<u>14.318</u>
Total do plano de benefício definido	<u>922.114</u>	<u>916.678</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Plano de Contribuição Definida		
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos		
Saldo de conta assistidos	1.171	1.201
Benefícios a conceder		
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	2.066	1.752
Saldo de contas - Parcela Participantes	4.657	4.426
Total provisões matemáticas	7.894	7.379
Fundos		
Fundos previdenciais	7	43
	7	43
Total do plano de contribuição definida	7.901	7.422
Plano de gestão administrativa		
Fundos		
Fundos Administrativos	132	169
Total do plano de gestão administrativa	132	169
Total do patrimônio social	930.147	924.269

São utilizados os seguintes critérios para cálculo das provisões matemáticas de cada plano de benefícios:

a) Plano de Benefício Definido

Para o Plano de Benefício Definido as provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária. Em conformidade com a legislação em vigor é utilizado o Regime Financeiro de Capitalização e Método Atuarial Agregado dentre outras hipóteses e parâmetros previamente estabelecidos tais como: crescimento salarial, juros, inflação, taxa de mortalidade.

A seguir, descrevemos as hipóteses/parâmetros utilizadas na avaliação de 2022 e 2021:

	2022	2021
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic suavizada em 10%	AT-2000 Basic suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Fator de capacidade dos benefícios	98,41%	98,41%
Tábua de mortalidade de inválidos	UP 94 masculina	UP 94 masculina
Taxa de juros anual	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Nível de inflação anual	3,60%	3,66%
Crescimento salarial	0,00% ativos	0,00% ativos

O quadro acima apresenta as alterações de premissas adotadas. A Administração da Fundação entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com o Relatório do atuário Rodarte Nogueira RN/086/2022/ECOS, de 14 de fevereiro de 2023, tendo com data base dezembro de 2022.

b) Plano de contribuição definida

Para o Plano de Contribuição Definida são consideradas as particularidades de cada Participante, assim como a legislação específica e regulamento do plano.

c) Fundo administrativo

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras entre o Custeio Administrativo adicionado ao rendimento dos recursos administrativos e as despesas administrativas.

11. Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas referem-se aos valores de contribuições repassados pela Patrocinadora.

Não existem ativos financeiros e investimentos vinculados a patrocinadora.

11.1. Remuneração do pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração anual da Administração foi de R\$ 1.937 (2021, R\$ 1.981).

12. Cobertura de seguro

É política da Fundação ECOS manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobiliário por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

13. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Fundação ECOS encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

14. Eventos subsequentes

14.1. Opção de venda de cotas do fundo FIP MALBEC

Conforme apresentado na nota explicativa nº 6, a Fundação, junta com outras fundações, é cotista do Fundo FIP Malbec, com opção de vendas de cotas de emissão que garante a rentabilidade mínima de IPCA+7%a.a.

Em 2020, as fundações executaram a opção de venda em virtude de fatos administrativos que possibilitava tais ações.

A CEMIG, parte contrária às Fundações, invocou o mecanismo da Via Amigável para solução de controvérsias previsto no Contrato de Opção e em fevereiro de 2023 foi proferida sentença no Procedimento Arbitral 99/2020/SEC5, em que ECOS requer que CEMIG honre o compromisso firmado por meio de Contrato de Opção de Venda (PUT) relacionada à aquisição da participação de ECOS no FIP MALBEC. O Tribunal Arbitral, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos da CEMIG e procedentes os pedidos da ECOS, especialmente para determinar que CEMIG cumpra sua obrigação de adquirir as cotas do FIP MALBEC detidas por ECOS na forma estipulada na PUT (IPCA + 7%a.a.). As partes apresentaram pedidos de esclarecimentos pontuais sobre a sentença, ocasião em que CEMIG sinalizou que buscará o Poder Judiciário. O Tribunal Arbitral deve proferir sua decisão final até abril/23. Permanecerão contingenciados R\$ 12.455 até o efetivo recebimento do crédito.

14.2. Adesão a oferta pública de aquisição de ações do Besa

A Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. é acionista do Banco Econômico S.A., possuindo 558.531 unidades de ações ordinárias e 483.685.142 unidades de ações preferenciais Classe A. A Fundação provisionou integralmente em suas demonstrações financeiras o montante equivalente a quantidade de ações, por motivo do Banco Econômico encontrava-se em liquidação extrajudicial.

Ao decorrer do ano de 2022, o Banco BTG Pactual adquiriu o controle do Banco Econômico S.A. mediante a compra das principais acionistas controladores e alterou sua razão social para Banco BESA S.A. Na sequência, houve o levantamento do regime de liquidação extrajudicial e o aumento via integralização do capital. Em novembro de 2022, apresentou à CVM o pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações remanescentes de emissão da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Em fevereiro de 2023, o Banco BESA S.A. divulga o deferimento do pedido de registro da oferta pública de aquisição "OPA" e do edital de oferta pública. Esse documento apresenta todas as informações necessárias à opção pela oferta.

A Fundação informa sua intenção em participar da OPA. Portanto, com base na sua posição acionária, juntamente com o preço oferecido no edital (R\$ 14,83), por lote de mil ações, perfaz um valor aproximado de R\$ 7.181, conforme tabela abaixo:

Tipo	Quantidade Lote	1.000 ações	PU OPA	Valor R\$
ON	558.531	558	14,83	8.275
PN	483.685.142	483.685	14,83	7.173.049
Total				7.181.324

14.3. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.